26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

DO SILÊNCIO AO ACOLHIMENTO LGBTQIAPN+ NA MÍDIA INDEPENDENTE

FROM SILENCE TO LGBTQIAPN+ WELCOMING IN INDEPENDENT MEDIA

Raphael Augusto dos Santos – Universidade Federal de São Carlos /(UFSCar)
Lucas Gatto Covello – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" /(UNESP) – Campus Marília
Rogéria Veronese – Universidade Federal de São Carlos /(UFSCar)
Joyce Mirella dos Anjos Viana – Universidade Federal de São Carlos /(UFSCar)
Paula Regina Dal'Evedove – Universidade Federal de São Carlos /(UFSCar)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo analisa a dimensão infocomunicacional do acolhimento LGBTQIAPN+ em textos da Agência Diadorim, mídia independente voltada à cobertura de direitos humanos e diversidade de gênero e sexualidade. Em diálogo com perspectivas queer, o acolhimento é compreendido como uma prática de escuta e nomeação que reinscreve publicamente experiências atravessadas por silenciamento e estigma. A pesquisa adota abordagem qualitativa, documental e de orientação discursiva, tendo como corpus treze artigos de opinião publicados no primeiro quadrimestre de 2021. A análise demonstra que os textos produzem acolhimento ao retomar memórias historicamente estigmatizadas, ao denunciar formas institucionais de violência e ao disputar a presença LGBTQIAPN+ em espaços midiáticos, culturais e político-institucionais. Os resultados indicam que a Agência Diadorim transforma experiências de apagamento em matéria de circulação pública, produzindo sentidos de reconhecimento e resistência. Conclui-se que o acolhimento LGBTQIAPN+ constitui uma prática infocomunicacional relevante para a Ciência da Informação, pois evidencia como documentos jornalísticos podem atuar na mediação da memória e na disputa por justiça informacional.
Palavras-chave: LGBTQIAPN+; estudos de gênero; mediação; mídia independente; dinâmicas infocomunicacionais.

Abstract: This article analyzes the infocommunicational dimension of LGBTQIAPN+ welcoming in texts published by Agência Diadorim, an independent media outlet focused on human rights and gender and sexual diversity. In dialogue with queer perspectives, welcoming is understood as a practice of listening and naming that publicly reinscribes experiences shaped by silencing and stigma. The study adopts a qualitative, documentary, and discourse-oriented approach, based on a corpus of thirteen opinion articles published in the first four months of 2021. The analysis shows that the texts produce welcoming by revisiting historically stigmatized memories, denouncing institutional forms of violence, and disputing LGBTQIAPN+ presence in media, cultural, and political-institutional spaces. The results indicate that Agência Diadorim transforms experiences of erasure into matters of public circulation, producing meanings of recognition and resistance. It concludes that LGBTQIAPN+ welcoming constitutes a relevant infocommunicational practice for Information Science, as it shows how journalistic documents can mediate memory and take part in the struggle for informational justice.
Keywords: LGBTQIAPN+; gender studies; mediation; independent media; infocommunicational dynamics.

1 INTRODUÇÃO

Como fenômeno historicamente situado, a informação constitui um espaço de disputas de sentido atravessado por relações de poder. Em Santos (2006), essa perspectiva permite compreender que a construção social do conhecimento é inseparável das condições históricas que legitimam certos discursos e marginalizam outros. Para a Ciência da Informação, essa premissa desloca a informação de uma concepção meramente instrumental e a insere no campo das mediações sociais, especialmente quando se trata de sujeitos marcados por processos de vulnerabilização, invisibilização e exclusão.

No campo do gênero e da sexualidade, essas disputas operam por regimes de normatização que definem quais formas de existência podem ser reconhecidas como legítimas. Sob o arcabouço de Foucault (1997), a sexualidade configura-se como dispositivo histórico articulado a estratégias de saber-poder, capaz de produzir classificações, hierarquias e modos de sujeição. Ao mesmo tempo, essas relações não se esgotam na dominação, pois também abrem possibilidades de resistência. Nas dissidências sexuais e de gênero, a heteronormatividade atua como violência simbólica ao classificar homossexualidades e transgeneridades como desvios, contribuindo para institucionalizar formas persistentes de apagamento (Carvalho; Andrade; Menezes, 2009; Louro, 1997).

Embora a linguagem participe desses processos de assujeitamento, ela também pode operar como espaço de disputa e insurgência. Nesse horizonte, a mídia independente de direitos humanos assume relevância como mediação infocomunicacional capaz de tensionar

consensos hegemônicos e produzir outras formas de nomeação pública. É nesse cenário que se insere a Agência Diadorim, veículo jornalístico independente voltado à cobertura de diversidade sexual e identidade de gênero. Sua escolha como campo empírico justifica-se pela articulação entre informação, ativismo e jornalismo, na medida em que seus textos transformam violências, trajetórias dissidentes e disputas de pertencimento em matéria de circulação pública.

A apreensão desse objeto ancora-se em Araújo (2017), cuja distinção entre o fenômeno informacional e o infocomunicacional permite compreender a informação como produção social de sentidos mediada pela comunicabilidade. À luz dessa abordagem, os artigos de opinião da Agência Diadorim são investigados como documentos públicos nos quais o acolhimento de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais, não binárias e outras dissidências de gênero e sexualidade (LGBTQIAPN+) ultrapassa a visibilidade positiva ou a denúncia imediata. Mobilizado como categoria analítica, tal acolhimento constitui uma prática discursivo-documental de escuta, nomeação e reinscrição pública de vivências historicamente estigmatizadas. Diante desse quadro, formula-se a seguinte questão de pesquisa: como os artigos de opinião da Agência Diadorim produzem sentidos infocomunicacionais de acolhimento, reconhecimento e resistência LGBTQIAPN+? O objetivo deste artigo é analisar a dimensão infocomunicacional do acolhimento LGBTQIAPN+ nesses documentos, identificando como mobilizam repertórios de pertencimento, denúncia, memória e resistência. Para tanto, analisa-se um corpus composto por treze artigos de opinião publicados no primeiro quadrimestre de 2021. Os critérios de seleção e os procedimentos de análise discursiva são detalhados na seção metodológica.

2 ACOLHIMENTO LGBTQIAPN+ COMO PRÁTICA INFOCOMUNICACIONAL

A informação não circula fora da história. Ela se constitui nas relações entre sujeitos, contextos e práticas de significação, carregando as marcas dos conflitos que atravessam a vida social. Nessa dinâmica, a linguagem ocupa lugar decisivo, pois é por meio dela que certas experiências se tornam inteligíveis, enquanto outras permanecem desautorizadas ou sem nome público. Essa compreensão aproxima-se de Berrío-Zapata, Moreira, Sant'Ana e Ortega (2016), para quem o comportamento informacional resulta da negociação social de significados mediada pela palavra, tornando informação, linguagem e comunicação dimensões inseparáveis da experiência humana.

Ainda que a dimensão cognitiva do sujeito permaneça relevante na construção do conhecimento (Varela, 2010), os sentidos compartilhados ganham densidade nos espaços coletivos de troca e escuta, como apontam Varela e Barbosa (2012). Quando observada a partir das coletividades LGBTQIAPN+, essa dinâmica deixa de ser apenas processo de acesso ou uso da informação e passa a envolver a disputa por linguagens capazes de enfrentar violências, produzir pertencimento e conferir sentido público a existências historicamente diminuídas.

Essa disputa torna-se mais evidente no funcionamento da heteronormatividade, matriz regulatória que naturaliza a heterossexualidade e define modos legítimos de corpo, desejo e pertencimento (Junqueira, 2013), sem se restringir à regulação das práticas sexuais. A partir de Warner (1993), é possível compreender que esse ordenamento também organiza os critérios pelos quais os sujeitos se tornam reconhecíveis na esfera pública. É nesse ponto que a "pedagogia do armário" deixa de ser entendida como simples ocultamento individual e passa a designar um aprendizado social da visibilidade administrada, ensinando sujeitos LGBTQIAPN+ a calcular o que podem dizer, onde podem aparecer e quais riscos acompanham a exposição de si (Junqueira, 2013). O armário, nesse sentido, não separa apenas segredo e revelação; ele organiza uma economia permanente de vulnerabilidade, como permite compreender Sedgwick (2007), fazendo do silêncio não uma ausência de discurso, mas uma forma socialmente produzida de sobrevivência.

A linguagem participa diretamente desse regime. Em contextos cisheteronormativos, determinadas palavras não apenas insultam, mas localizam sujeitos em posições de inferioridade. Os signos estigmatizantes dirigidos a pessoas dissidentes de gênero e sexualidade mantêm sentidos opressores em circulação. Conforme observam Custodio e Kahale (2025), termos como "sapatão", "viado", "traveco", "baitola" e "biba" funcionam, nesse quadro, como marcas de uma pedagogia social que ensina quem pode ser ridicularizado, corrigido ou afastado dos espaços de reconhecimento. Não se trata, portanto, de ofensa limitada à interação imediata, mas de uma prática linguística que reitera hierarquias e transforma a diferença em alvo de punição simbólica (Santos; Henriques; Guedes, 2022).

A produção cotidiana de inferioridade ajuda a compreender a relevância do sofrimento ético-político para esta pesquisa, pois desloca a violência do plano da ofensa

isolada para o campo das relações sociais que produzem humilhação e desqualificação. Em Sawaia (1999), o sofrimento não é compreendido como dor íntima ou exclusivamente psicológica, mas como efeito de relações que impedem a participação plena dos sujeitos. Essa perspectiva permite situar a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ para além da agressão direta, alcançando os modos pelos quais uma existência é impedida de produzir sentido legítimo sobre si mesma. O reconhecimento, nesse quadro, não corresponde à simples identificação formal de uma diferença já dada; trata-se de um processo social e informacional pelo qual experiências historicamente desautorizadas passam a adquirir legitimidade pública, deixando de ser tratadas como formas menores de existência.

Quando experiências historicamente desautorizadas passam a disputar os sentidos pelos quais são nomeadas, a dor social deixa de aparecer apenas como efeito da exclusão e se transforma em elaboração política. No gesto de reivindicar o direito de um corpo trans e não binário falar sobre si diante dos regimes médicos, psicanalíticos e psiquiátricos que o patologizaram, Preciado (2022) desloca o estigma para o lugar da enunciação. Ao afirmar-se como “o monstro que se levanta do divã e toma a palavra”, não busca apenas inverter uma imagem negativa, mas romper com a cena em que outros saberes detêm a autoridade de dizer a verdade sobre corpos dissidentes.

Essa tomada da palavra evidencia por que a perspectiva *queer* se torna necessária neste artigo: ela permite interrogar os regimes que produzem certas existências como ilegítimas antes mesmo que possam ser reconhecidas como sujeitos de discurso. A contribuição de Butler (2019) aprofunda esse ponto ao mostrar que a linguagem não descreve simplesmente corpos e identidades, mas participa das condições que os tornam socialmente reconhecíveis. Assim, a perspectiva *queer* não aparece como substituição genérica da sigla LGBTQIAPN+, e sim como chave crítica para examinar os modos pelos quais normas de gênero e sexualidade regulam quem pode falar, aparecer e produzir sentido público sobre si.

Para compreender como certos modos de dizer se estabilizam socialmente, a arqueologia de Michel Foucault (2008) oferece uma chave importante. O enunciado não corresponde a uma frase isolada, mas a um acontecimento situado, possível apenas sob determinadas condições históricas de saber e poder. A formação discursiva, por sua vez, permite observar regularidades nos modos de nomear, classificar e tornar certos objetos

pensáveis. Essa perspectiva interessa a esta discussão porque o silêncio imposto às experiências LGBTQIAPN+ não decorre apenas da ausência de fala, mas de regras históricas que autorizam alguns discursos e tornam outros frágeis, suspeitos ou ilegítimos. Essa discussão aproxima-se da noção foucaultiana de arquivo. Em vez de designar apenas um depósito físico de documentos, o arquivo corresponde ao sistema que regula a aparição, a circulação e o apagamento dos discursos em uma sociedade (Foucault, 2008). Por essa via, documentos deixam de ser vistos apenas como suportes neutros de informação e passam a ser compreendidos como materialidades atravessadas por disputas de memória, poder e reconhecimento. Quando determinadas experiências são registradas, nomeadas ou silenciadas, não está em jogo apenas sua preservação documental, mas sua possibilidade de adquirir existência pública.

É nesse ponto que o acolhimento LGBTQIAPN+ se articula ao percurso teórico desenvolvido até aqui. Se a informação é produzida nas relações sociais de sentido, se a heteronormatividade regula quais vidas podem aparecer publicamente e se a linguagem pode tanto ferir quanto reinscrever existências, o acolhimento não pode ser reduzido a amparo afetivo ou inclusão simbólica. Ele diz respeito às condições pelas quais experiências historicamente desautorizadas encontram linguagem, escuta e inscrição pública. Trata-se, portanto, de uma prática infocomunicacional que responde ao silêncio produzido pela norma, ao sofrimento produzido pela desqualificação e à necessidade de reconhecimento produzida pelo apagamento.

Essa compreensão permite diferenciar o acolhimento de noções próximas. A visibilidade pode fazer aparecer sem alterar os enquadramentos que sustentam o estigma. A denúncia pode expor a violência sem produzir escuta. A representatividade pode inserir presenças sem transformar as condições de pertencimento. O reconhecimento pode legitimar identidades sem necessariamente abrir espaço para elaboração coletiva. O acolhimento LGBTQIAPN+ atravessa essas dimensões, mas sua especificidade está em produzir uma passagem: da existência tratada como problema à experiência reconhecida como memória, demanda e pertencimento.

Desse modo, o acolhimento infocomunicacional situa-se no encontro entre linguagem, memória e reconhecimento. Sua força analítica está em permitir observar como práticas discursivas retiram experiências LGBTQIAPN+ do campo do estigma e as deslocam

para uma cena pública de nomeação. A informação, nesse processo, não apenas transmite conteúdos sobre sujeitos dissidentes; ela participa da disputa pelas condições simbólicas que tornam suas vidas socialmente inteligíveis.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e documental, voltada à análise de textos jornalísticos opinativos como materialidades infocomunicacionais. Essa abordagem permite compreender como documentos públicos produzem sentidos sobre experiências LGBTQIAPN+ em circulação social. A análise adota orientação discursiva inspirada na arqueologia foucaultiana, tomando os textos não como registros neutros de opinião, mas como acontecimentos de linguagem atravessados por condições históricas de saber e poder. A orientação arqueológica é mobilizada como chave de leitura dos documentos, e não como aplicação exaustiva do método foucaultiano. Nessa perspectiva, a análise não busca reconstruir intenções subjetivas dos autores, mas observar os enunciados em seu funcionamento histórico: o que eles tornam possível dizer, quais posições de sujeito autorizam e quais formas de silenciamento tensionam. Interessa, portanto, compreender como certos modos de nomear experiências LGBTQIAPN+ intervêm no arquivo social, fazendo aparecer memórias, violências e pertencimentos frequentemente deslocados dos registros legitimados.

O objeto empírico é composto por textos da seção Opinião da Agência Diadorim, mídia independente dedicada à cobertura de direitos humanos, diversidade sexual e identidade de gênero. A seção foi escolhida por reunir artigos de caráter interpretativo, nos quais experiências LGBTQIAPN+ são elaboradas discursivamente e colocadas em disputa pública. O corpus reúne treze textos de acesso aberto publicados no primeiro quadrimestre de 2021, coletados em 15 de abril de 2026 por seleção intencional orientada pela aderência ao objetivo da pesquisa.

A seleção considerou textos opinativos assinados por colunistas, jornalistas ou autores convidados que abordassem experiências LGBTQIAPN+ em sua relação com violência, memória, direitos e pertencimento. Foram excluídas publicações institucionais, chamadas breves, notícias factuais e textos sem relação direta com o problema de pesquisa. O recorte temporal do primeiro quadrimestre de 2021 foi definido por concentrar um

conjunto documental suficiente para observar diferentes modos de elaboração do acolhimento LGBTQIAPN+ sem ampliar excessivamente o corpus.

A leitura ocorreu em etapas sucessivas. Primeiro, cada documento foi examinado em sua organização interna, considerando os sujeitos enunciados, as formas de nomeação e os sentidos atribuídos às experiências LGBTQIAPN+. Em seguida, os textos foram comparados entre si para identificar regularidades discursivas, isto é, modos recorrentes de tornar certas experiências dizíveis, reconhecíveis e compartilháveis. Essa comparação permitiu observar como o acolhimento se produzia pela reinscrição de memórias, pela denúncia de apagamentos institucionais e pela disputa de presença em espaços públicos de poder e representação.

A partir dessas regularidades, o corpus foi organizado em três eixos analíticos: memória, afeto e subjetividades LGBTQIAPN+; Estado, justiça, registros e violência institucional; e territórios, mídia e esferas de poder. Os eixos expressam modos predominantes de funcionamento discursivo dos textos, e não apenas assuntos temáticos previamente estabelecidos. Na seção de análise, excertos dos artigos são mobilizados como evidências empíricas desse percurso interpretativo.

O Quadro 1 apresenta a caracterização do corpus de pesquisa, compreendendo o título, autoria(s) e data das publicações, assim como o eixo analítico enquadrado.

Quadro 1 - Caracterização do corpus de pesquisa

N.	Identificação do texto	Síntese	Eixo analítico
1	“O significado da epidemia de HIV/Aids para a comunidade LGBTI+”, Renan Quinalha, 11 jan. 2021	Discute a memória da epidemia de HIV/Aids e sua relação com estigma, abandono e resposta comunitária.	Memória, afeto e subjetividades LGBTQIAPN+
2	“O preço da criminalização da homotransfobia”, Paulo Malvezzi, 11 jan. 2021	Problematiza a criminalização da homotransfobia entre reconhecimento jurídico e limites do punitivismo.	Estado, justiça, registros e violência institucional
3	“Ocupávamos lugares parecidos:	Aproxima experiências	Territórios, mídia e

	o de escárnio e discriminação", Mônica Gonçalves, 11 jan. 2021	de discriminação racial e LGBTQIAPN+ a partir da noção de lugar social.	esferas de poder
4	"Pessoas trans encarceradas se encontram em situação de fragilidade e vulnerabilidade", Léo Paulino Barbosa; Rebeka Villa Verde Futuro, 11 jan. 2021	Analisa a vulnerabilidade de pessoas trans no cárcere e os limites do reconhecimento jurídico da identidade de gênero.	Estado, justiça, registros e violência institucional
5	"Passou da hora de superar a falsa representatividade LGBTI+ na mídia", Dennis Pacheco, 20 jan. 2021	Critica a falsa representatividade LGBTI+ na mídia e seus enquadramentos seletivos.	Territórios, mídia e esferas de poder
6	"Quem escuta o sujeito que vive com HIV/Aids?", Francisco Rocha, 2 fev. 2021	Defende a escuta de pessoas que vivem com HIV/Aids como sujeitos singulares.	Memória, afeto e subjetividades LGBTQIAPN+
7	"Bifobia: A saída de Lucas Penteado do 'BBB 21' e o preconceito contra bissexuais", Thaís Boamorte, 6 fev. 2021	Analisa a bifobia e a exigência social de validação da orientação bissexual	Memória, afeto e subjetividades LGBTQIAPN+
8	"Por que justiça obrigou SP a incluir identidade de gênero e orientação sexual em BOs", Vinicius Conceição Silva Silva; Yasmin Oliveira Mercadante Pestana, 11 fev. 2021	Discute os boletins de ocorrência como disputa pelo registro da violência LGBTQIAPN+.	Estado, justiça, registros e violência institucional
9	"Para todas as bichas intrometidas", a experiência de uma afeminada entre geeks", Igor Nogueira, 15 fev. 2021	Relata a disputa por pertencimento de uma pessoa afeminada e não binária em espaços culturais normativos.	Territórios, mídia e esferas de poder
10	"8 de Março também deve ser um chamado à luta contra a	Critica feminismos trans-excludentes e reivindica	Estado, justiça, registros e violência

	transfobia ‘feminista’”, Radpill, 16 mar. 2021	o reconhecimento de mulheres trans e travestis.	institucional
11	“Qual partido vai decidir dar voz e vez às mulheres e tirar o protagonismo dos homens?”, Robeyoncé Lima, 30 mar. 2021	Problematiza a presença de mulheres trans e travestis nas estruturas partidárias.	Territórios, mídia e esferas de poder
12	“Imprensa lésbica brasileira: 40 anos de existência e muito por fazer”, Arquivo Lésbico Brasileiro, 30 mar. 2021	Recupera a imprensa lésbica brasileira como memória documental e comunicação autônoma.	Memória, afeto e subjetividades LGBTQIAPN+
13	“O que resta da ditadura militar no Brasil? O passado ainda insiste em permanecer”, Edson Teles, 1 abr. 2021	Relaciona permanências autoritárias, violência de Estado e disputas por memória e direitos.	Territórios, mídia e esferas de poder

Fonte: dados da pesquisa (2026).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise organiza os treze textos do corpus a partir das regularidades discursivas identificadas em cada eixo. Os excertos são tratados como enunciados situados, nos quais se observam formas de nomeação, posições de sujeito e disputas por memória, reconhecimento e pertencimento LGBTQIAPN+.

4.1 MEMÓRIA, AFETO E SUBJETIVIDADES LGBTQIAPN+

O primeiro eixo reúne os Textos 1, 6, 7 e 12, nos quais a memória opera como mediação infocomunicacional e vetor de acolhimento LGBTQIAPN+. A regularidade discursiva observada não se restringe aos temas tratados, mas ao modo como os documentos reinscrevem experiências historicamente submetidas ao estigma, à suspeita e ao apagamento. A emergência desses enunciados se dá em uma mídia independente voltada à disputa de narrativas sobre diversidade sexual e de gênero, o que permite que a posição de fala não seja a do observador neutro diante de sujeitos vulnerabilizados. Nos textos analisados, a enunciação parte de uma escuta implicada, capaz de tensionar classificações

herdadas e disputar o direito de narrar memórias LGBTQIAPN+ a partir de seus próprios sujeitos.

Nos textos sobre HIV/Aids, o funcionamento arqueológico aparece na retomada de enunciados que marcaram a epidemia como desvio moral. Expressões como “peste gay” e “câncer gay” não são apenas lembranças de um vocabulário ofensivo; elas revelam uma formação discursiva que associou doença, sexualidade e culpa, convertendo corpos gays em objetos de suspeição pública. Quando o texto afirma que “autoridades públicas, especialistas da saúde e indústrias farmacêuticas pouco se engajaram para salvar vidas”, a memória do estigma é articulada à denúncia do abandono institucional. O acolhimento infocomunicacional se produz nesse ponto porque o documento retira a epidemia do campo do silêncio privado e a reinscreve como memória política. A afirmação de que houve um “trauma coletivo” e de que “as próprias pessoas vivendo com HIV/Aids é que se articularam” desloca a comunidade LGBTI+ da posição de vítima passiva para a de sujeito histórico de cuidado, reivindicação e produção de saber.

Esse deslocamento se aprofunda quando outro texto afirma que “talvez o vírus não veja. Mas a doença é social”. O enunciado rompe com a neutralidade aparente do discurso biomédico e mostra que a doença é atravessada por condições sociais de vulnerabilidade, linguagem e reconhecimento. A pergunta sobre por que a epidemia ainda é tratada de modo “asséptico” pelo discurso biomédico evidencia a exclusão do sujeito nos modos institucionais de produzir conhecimento sobre o HIV/Aids. Por isso, a reivindicação de que pessoas vivendo com HIV sejam escutadas “com protagonismo e não como objetos de estudos, mas, sim, como sujeitos singulares” opera como acolhimento no próprio plano da enunciação. O texto não apenas denuncia o estigma; ele disputa a posição de sujeito daqueles que historicamente foram transformados em caso clínico, dado epidemiológico ou objeto de intervenção.

Na crítica à bifobia, a regularidade enunciativa desloca-se para a suspeição permanente lançada sobre a palavra bissexual. Ao afirmar que Lucas Penteado “foi vítima de bifobia, teve sua orientação questionada, foi taxado de oportunista”, o documento evidencia que a violência incide sobre a legitimidade da autoidentificação. Essa lógica se explicita nos enunciados “bissexuais são obrigados pela sociedade a validarem sua própria orientação sexual” e “homens bissexuais são a todo custo apagados”. A análise arqueológica permite

observar, nesse caso, uma regra de inteligibilidade que só reconhece o desejo quando ele se ajusta a expectativas estáveis e binárias. O acolhimento infocomunicacional aparece quando o texto recusa essa exigência de prova e reposiciona a bissexualidade como palavra legítima sobre si, sem submetê-la à confirmação da norma.

No texto sobre a imprensa lésbica brasileira, a disputa ocorre no interior do arquivo. A recuperação de publicações como *Iamuricumá*, *ChanaComChana*, Amazonas e Um Outro Olhar opera como recomposição de circuitos de comunicação produzidos por mulheres lésbicas diante de uma cultura que as marginalizava. Ao recordar que o Grupo Libertário Homossexual da Bahia buscava criar "um canal de comunicação com suas iguais num mundo que as classificava como invertidas", o documento expõe a tensão entre uma ordem que nomeava a lesbianidade pelo desvio e uma prática que produzia pertencimento. A recusa da máxima "o que a história não diz nunca existiu" atua como intervenção no arquivo: o acolhimento se realiza como prática infocomunicacional de justiça ao reinscrever presenças tratadas como ausência e reconhecer, nos vestígios documentais, formas autônomas de existência coletiva.

4.2 ESTADO, JUSTIÇA, REGISTROS E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

O segundo eixo reúne os Textos 2, 4, 8 e 10, nos quais o acolhimento LGBTQIAPN+ aparece ligado à disputa pelo reconhecimento institucional da violência. A regularidade discursiva desse conjunto está no modo como os documentos interrogam instituições que se apresentam como protetivas, mas também produzem apagamentos quando definem quem pode ser reconhecido como sujeito de direito. O Estado não aparece apenas como cenário das violações; surge como instância que decide se a violência será nomeada, registrada ou mantida fora da visibilidade pública.

Na discussão sobre a criminalização da homotransfobia, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) é lida como "afirmação estatal clara e contundente de que tais práticas discriminatórias não podem ser socialmente toleradas". Esse enunciado desloca a LGBTIfobia da esfera da ofensa individual para o campo da violência publicamente nomeada. A dimensão infocomunicacional do acolhimento se constrói nessa passagem, pois tornar a violência reconhecível na linguagem pública do direito é também produzir condições para que ela deixe de ser tratada como conflito privado ou experiência menor. O mesmo documento, porém, recusa a imagem do Estado como instância neutra de proteção ao

afirmar que “o direito penal é, por excelência, um instrumento de exceção, de exclusão e de violência”. A posição enunciativa construída pelo texto sustenta uma tensão decisiva: a violência precisa ser nomeada juridicamente, mas o aparato que a reconhece também deve ser interrogado em sua seletividade histórica.

Essa ambivalência reaparece quando o reconhecimento da identidade de gênero é confrontado com as condições concretas do cárcere. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 527) é apresentada como “um importante avanço no tocante ao tratamento conforme identidade de gênero”, mas sua aplicação abstrata é tensionada pela situação de homens trans privados de liberdade, descrita como “demanda muito apagada, até mesmo dentro da militância LGBTI+”. O documento desloca o debate da norma para o corpo exposto à violência, mostrando que reconhecer formalmente uma identidade não basta quando a instituição ignora as condições materiais da prisão. Ao alertar que, “caso a identidade de gênero seja o único critério”, homens trans poderiam ser direcionados a presídios masculinos e submetidos a “situação de vulnerabilidade física”, o texto faz da escuta uma condição de proteção. A norma jurídica deixa de aparecer apenas por sua intenção declaratória e passa a ser examinada pelos efeitos que produz sobre vidas já vulnerabilizadas.

A dimensão informacional da violência ganha centralidade quando o registro policial é tratado como campo de disputa pública. A inclusão dos campos “orientação sexual” e “identidade de gênero” nos boletins de ocorrência evidencia que registrar não é ato administrativo neutro, mas condição para que a violência LGBTQIAPN+ exista como dado e demanda social. Quando se afirma que “o reconhecimento da gravidade de uma forma de violência passa pela possibilidade de dimensionar sua extensão”, a informação aparece como mediação entre experiência vivida e resposta institucional. Por isso, a ausência de dados não surge como falha técnica, mas como apagamento ativo, explicitado no enunciado “não querer levantar esses dados é uma face da LGBTIfobia institucional”. Ao defender que “todos os crimes que afetam esse grupo devem ser nomeados e registrados, evitando-se o apagamento”, o documento transforma o boletim de ocorrência em parte do arquivo público da violência LGBTQIAPN+.

A disputa pelo reconhecimento também atravessa espaços políticos que se apresentam como emancipatórios. A pergunta “mas no 8 de Março, quantas vezes estas

mulheres foram lembradas?" expõe uma memória seletiva em que mulheres trans e travestis aparecem nas estatísticas de assassinato, mas nem sempre são reconhecidas como sujeitos das lutas feministas. A violência institucional, nesse caso, manifesta-se quando determinadas existências são contabilizadas como tragédia e afastadas da cena do pertencimento. A afirmação de que "a identidade de gênero de mulheres trans e travestis não é passível de discussão" recusa a posição de autoridade assumida por sujeitos cisgêneros para validar ou negar existências trans. Ao nomear essa exclusão como problema político, o texto desloca essas vidas da condição de objeto de estatística ou controvérsia e as reinscreve como sujeitos capazes de disputar os critérios de reconhecimento.

4.3 TERRITÓRIOS, MÍDIA E ESFERAS DE PODER

O terceiro eixo reúne os Textos 3, 5, 9, 11 e 13, nos quais o acolhimento LGBTQIAPN+ se articula à disputa por presença pública. A regularidade discursiva desse conjunto está no modo como os documentos interrogam os espaços em que a norma define quem pode aparecer como sujeito legítimo. A mídia, a cultura, a política e a memória histórica surgem como campos nos quais sujeitos dissidentes disputam os enquadramentos de sua existência pública.

Na discussão sobre lugar social e pertencimento, os textos deslocam a discriminação da esfera individual para posições historicamente produzidas. A afirmação de que "este texto não é sobre saber-se preta", mas "sobre saber-se igual em uma condição de discriminação", aproxima trajetórias marcadas por formas de inferiorização. A nomeação de "bichas", "viados" e "sapatões" inscreve a dissidência em uma gramática do escárnio, sintetizada em "ocupávamos todos nós lugares [...] parecidos: o de escárnio e discriminação". Essa disputa pelo lugar reaparece na experiência de uma "bicha afeminada não binária vivendo no 'não lugar' das definições de gênero" em espaços "elitizado, cisgênero, branco e heteronormativo". Ao lembrar das lan houses, onde era preciso ficar "sempre calada [...] para não transformar essa busca de diversão em possibilidade de sofrer violência", o silêncio surge como sobrevivência. Quando se afirma "eu insisto em botar meus pés em qualquer terra que seja e fazer dela a minha morada também", a exclusão converte-se em reivindicação pública de presença.

Na crítica à representação midiática e política, a regularidade enunciativa recai sobre os modos seletivos de visibilidade. A afirmação de que "por ser estruturante, não é um acaso

que a heteronorma nos invisibilize" inscreve a ausência LGBTQIAPN+ em uma ordem que distribui reconhecimento de maneira desigual. Quando se afirma que "tão importante quanto abordar pessoas, pautas e símbolos LGBTI+ é a forma com a qual somos representades", a visibilidade passa a ser examinada como disputa infocomunicacional sobre os enquadramentos da aparição pública. Essa mesma disputa alcança a política institucional ao reivindicar "este espaço político que deveria ter sido nosso e nunca foi" e indagar "qual partido vai decidir dar voz e vez às mulheres e tirar o protagonismo dos homens?". A frase "uma travesti preta a mais na política é um homem branco cisgênero a menos" condensa esse deslocamento, pois a presença trans e negra surge como redistribuição concreta dos lugares onde o poder se organiza.

Na articulação entre memória histórica e violência de Estado, o eixo amplia a noção de território para o campo das permanências autoritárias. A afirmação de que "a ditadura permaneceu sem ser encarada de frente após o seu fim" recusa a ideia de um passado encerrado e reinscreve a violência estatal como força ainda ativa na vida social. Os "fantasmas" da ditadura, da escravidão e do genocídio indicam que o arquivo nacional também é atravessado por silêncios seletivos. Ao relacionar essas permanências às "castas racistas, patriarcais, heteronormativas, etnocidas", o texto mostra que a disputa por presença LGBTQIAPN+ não se limita à inclusão identitária. A memória, nesse ponto, torna-se mediação infocomunicacional porque confronta os regimes históricos que sustentam a precarização de vidas dissidentes. Disputar território significa também disputar o arquivo, a linguagem e as formas pelas quais o poder decide quem poderá ser lembrado como parte da vida pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou artigos de opinião publicados pela Agência Diadorim no primeiro quadrimestre de 2021 para compreender a dimensão infocomunicacional do acolhimento LGBTQIAPN+. A pesquisa investigou como esses documentos criam condições para que experiências silenciadas sejam nomeadas, escutadas e inscritas no espaço público. Sob uma análise documental qualitativa de orientação discursiva, inspirada na arqueologia foucaultiana, o acolhimento foi compreendido não como benevolência ou simples exposição midiática, mas como prática discursivo-documental que tensiona os regimes de

inteligibilidade responsáveis por definir quais vidas podem ser ditas, reconhecidas e lembradas.

A análise dos três eixos evidenciou que o apagamento das existências LGBTQIAPN+ não opera apenas pela ausência de representação, mas por formas históricas de classificação, registro e controle. No campo da memória, dos afetos e das subjetividades, o acolhimento atua como contra-arquivo ao reinscrever experiências marcadas por estigma em linguagens de pertencimento e elaboração coletiva. No campo do Estado, da justiça e dos registros, ele desestabiliza a aparência neutra das instituições ao mostrar que nomear, contar e documentar a violência são condições para que ela possa ser reconhecida como problema público. No campo dos territórios, da mídia e das esferas de poder, o acolhimento confronta os enquadramentos que autorizam alguns sujeitos a aparecer e empurram outros para o silêncio, deslocando a presença LGBTQIAPN+ da margem para a disputa efetiva dos espaços onde se produzem memória, representação e decisão.

A contribuição deste estudo para a Ciência da Informação está em demonstrar que documentos jornalísticos opinativos podem atuar como mediações infocomunicacionais de reconhecimento, especialmente quando produzidos em mídias independentes comprometidas com sujeitos historicamente desautorizados. Embora o corpus se limite a treze textos de um recorte temporal específico e não examine a recepção dos leitores, os resultados indicam que a Agência Diadorim não apenas comunica pautas LGBTQIAPN+, mas intervém no arquivo social ao transformar experiências de violência em memória pública e experiências de exclusão em linguagem compartilhável. Acolher, nesse plano, é disputar a gramática do poder: é fazer da informação uma força capaz de romper a naturalização do silêncio, reinscrever vidas tratadas como ilegíveis e sustentar, na linguagem, o direito de existir sem pedir autorização à norma.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliane Pawlowski Oliveira. **Comportamento informacional em processos decisórios estratégicos**: dimensão simbólica do uso da informação por gestores. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BERRÍO-ZAPATA, Cristian; MOREIRA, Fabio Mosso; SANT'ANA, Ricardo Cesar Gonçalves; ORTEGA, María Liliana Muñoz . El paradigma de comportamiento informacional como alternativa para comprender los fenómenos informacionales en América Latina. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 39, n. 2, p. 133-147, 2016. Disponível em:

https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/viewFile/26646/20780066. Acesso em: 19 fev. 2026.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando Cézar Bezerra de; MENEZES, Cristina Souza de. **Equidade de gênero e diversidade sexual na escola**: por uma prática pedagógica inclusiva. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.

CUSTÓDIO, Laura; KAHHALE, Edna Maria Peters. Sentidos e estratégias de enfrentamento à exclusão entre indivíduos LGBTI+: uma análise sócio-histórica da linguagem e da resistência. **Revista Anômalas**, Catalão, v. 5, n. 2, p. 83-99, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/article/view/75051. Acesso em: 29 abr. 2026.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 12. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário, heteronormatividade e a produção de corpos dóceis. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 445-472, jul./dez. 2013. Disponível em: https://discourseunit.com/wp-content/uploads/2016/05/11-pedagogia.pdf. Acesso em: 13 abr. 2026.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Vinícius dos; HENRIQUES, Felipe da Rocha; GUEDES, Gustavo Paiva. O discurso de ódio homofóbico no Twitter a partir da análise de dados. *In*: BRAZILIAN WORKSHOP ON SOCIAL NETWORK ANALYSIS AND MINING, 11., 2022, Niterói. **Anais** [...] Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022. p. 109-120. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/brasnam/article/view/20521. Acesso em: 7 abr. 2026.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, Bader Burihan (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 97-118.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007. Disponível em:

https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644794. Acesso em: 14 abr. 2026.

VARELA, Aida. Dimensão das relações entre a Ciência da Informação e as Ciências Cognitivas: caminhos percorridos e a percorrer. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 20, n. 2, p. 51-64, maio/ago. 2010. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/3711. Acesso em: 7 abr. 2026.

VARELA, Aida; BARBOSA, Maria Lucia Ampuero. Trajetórias cognitivas subjacentes ao processo de busca e uso da informação: fundamentos e transversalidades. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 17, n. esp. 1, p. 142-168, 2012. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/v/38941. Acesso em: 13 abr. 2026.

WARNER, Michael (ed.). **Fear of a queer planet**: queer politics and social theory. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.